

O Estado contemporâneo em debate: apontamentos sobre as reformas neoliberais em face da mundialização do capital¹

Vinícius Figueiredo Silva

Mestre do Instituto de Economia da UNICAMP
vinicius.eco27@gmail.com

Acson Gusmão Franca

Mestre do Instituto de Economia da UNICAMP
acson_franca@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é entender a partir de um breve resgate histórico as principais transformações ocorridas no Estado frente ao contexto neoliberal. Para tanto, iniciamos esta discussão apontando os principais elementos históricos que influenciaram a adoção das políticas neoliberais por parte dos países capitalistas. Em seguida, apresentamos sumariamente as bases teóricas que justificam suas ideias, bem como, evidenciamos as diferenças entre o arcabouço liberal e sua nova roupagem com intuito de entendermos como se constituiu o neoliberalismo enquanto projeto político. Na última parte, são feitos apontamentos sobre o neoliberalismo no Brasil.

Palavras-chave: Estado, Neoliberalismo, Capitalismo.

B27; N20; N26;N10.

Abstract

The objective of this paper is to understand from a brief historical review the main transformations occurred in the State within the neoliberal context. To do so, we begin this discussion by pointing out the main historical elements that influenced the adoption of neoliberal policies by the capitalist countries. Next, we present briefly the theoretical bases that justify neoliberal ideas as well as differentiate the classical liberal framework from its new drapery, in order to understand how neoliberalism was constituted as a political project. In the last part, we focus on neoliberalism in Brazil.

Key-words: State, Neoliberalism, Capitalism.

¹ Artigo recebido em 30/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.

1. Introdução

As novas concepções do pensamento liberal surgiram no início do séc. XX com o objetivo de oferecer consistência e novas formas às políticas econômicas e avançar sobre a “economia globalizada” nascente. Seus princípios baseavam-se na sobreposição dos interesses individuais e do mercado sobre o Estado, tendo este um papel distinto das prescrições keynesianas amplamente utilizadas pelos governos capitalistas para combater os efeitos da crise da década de 1929.

Em termos de política econômica, suas recomendações só seriam adotadas de forma mais efetiva nos anos 1970, quando a “quarentena” dos neoliberais começou a romper-se decididamente por meio da crise estrutural que se configurou nesta década. Crise que, de acordo com Chesnais (1996), atingiu o modo de produção capitalista em sua forma inteiramente amadurecida, ou melhor dizendo, plenamente “mundializada”. As consequências geradas pela crise, aliadas às transformações do quadro político e econômico, repercutiram na atuação do Estado como reflexo da adoção da política neoliberal - principal instrumento político e ideológico de vários governos neoconservadores para salvar o capitalismo das amarras do comunismo.

Ao voltarem à cena, em ocasião propícia, não somente as crenças ortodoxas, mas também as companhias multinacionais se aproveitaram deste contexto de reorganização do capitalismo para espalharem pelo mundo suas filiais a fim de movimentar seus fundos financeiros e potencializar seus lucros e seu poderio (Moraes, 2001). Deu-se então, um amplo processo de descentralização das políticas empreendidas pelo Estado, não apenas nos países centrais, mas também nos países periféricos, a exemplo do Brasil.

Ao ser afetada por essas transformações e particularmente pela crise da dívida da década

de 1980, a configuração da gestão do Estado, instituiu novas estratégias de interação entre o público e o privado. Cooptado a operar uma ampla reforma administrativa e influenciado pelo caráter mantenedor da acumulação capitalista, o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas, deixando a carga da disciplina do mercado as atividades regulatórias que devido a seu “insucesso” tentara estabelecer.

Partindo desta realidade, o objetivo deste trabalho é entender por meio de um breve resgate histórico as principais transformações ocorridas no Estado frente ao contexto neoliberal. Para tanto, iniciamos esta discussão apontando os principais elementos históricos que influenciaram a adoção das políticas neoliberais por parte dos países capitalistas. Logo após, apresentamos sumariamente as bases teóricas que justificam suas ideias, bem como, evidenciamos as diferenças entre o arcabouço liberal e sua nova roupagem com intuito de entendermos como se constituiu o neoliberalismo enquanto projeto político. Na última parte, são feitos apontamentos sobre o neoliberalismo no Brasil.

2. Antecedentes Históricos

A partir de meados da década de 1970, o mundo capitalista vivenciou uma série de eventos históricos que contribuíram para o definhamento do Estado de bem-estar social. Todo o período de otimismo das décadas anteriores classificado por Mandel (1990) como “os anos gloriosos do capitalismo”, que como vimos - em sua política econômica, pretendia ajustar os interesses capitalistas e da classe trabalhadora, se contrastaria com a queda da lucratividade e recuo dos níveis de acumulação.

Para Carcanholo e Baruco (2006), as dificuldades em sustentar os altos níveis de crescimento conquistados no pós-segunda guerra, surgiram mediante a incapacidade dos governos

das principais economias desenvolvidas em sustentar o sistema monetário e financeiro internacional constituído em 1944, na Conferência de Bretton Woods. Para além da missão de proporcionar um clima monetário e financeiro estável para a retomada do comércio internacional, os acordos de Bretton Woods haviam refletido a alteração da correlação de forças no seio da economia mundial. O Reino Unido, a grande potência industrial e comercial até a Primeira Guerra Mundial, “cedia” definitivamente o lugar de chefia aos EUA: saídos da Guerra não apenas como a principal potência econômica, mas também militar e política.

A vitória das ideias defendidas pelo secretário do tesouro americano Dexter White, corresponderam a este ambiente favorável à emergência dos EUA enquanto motor de recuperação da economia internacional. Diante desta incumbência, os EUA passariam a dispor do privilégio de possuir oficialmente uma moeda de aceitação universal vinculada à mercadoria que historicamente representou o dinheiro universal: o ouro. Ademais, foram estabelecidas novas normas de comércio que seriam prescritas pelo FMI e pelo Banco Mundial: órgãos que a partir de então seriam responsáveis por policiar o comércio, as práticas monetárias e financiar os desequilíbrios de balanço de pagamentos dos países membros (Mendonça, 1990).

A dificuldade em manter o sistema monetário e financeiro internacional constituídos no acordo, encontrava nas pressões inflacionárias que se acumulavam em vários países, seu maior obstáculo. Vários fatores reforçaram este processo, entre os quais é importante destacar os problemas encontrados pelos EUA para equilibrar sua balança de pagamentos.

O montante de gastos com investimentos diretos, gastos militares e a ajuda financeira a

outros países, antes atenuados pelo amplo saldo da balança comercial, já não era mais possível de ser realizado sem afetar negativamente as contas do EUA com o exterior. Neste mesmo contexto, países como o Japão e a Alemanha já reconstruídos, com seus sistemas organizacionais e financeiros mais novos e permeáveis às mudanças tecnológicas, passaram a disputar mercados com os produtos americanos².

Além de uma economia desequilibrada, na esfera política, o país também apresentava outros problemas. Internamente, o escândalo político de Watergate, que levou a renúncia do presidente Nixon, as investigações de ações secretas e ilegais por parte da CIA e outros organismos americanos e questionamentos acerca do assassinato do Presidente Kennedy, drapejaram sobre a esfera política. Externamente, a derrota não assumida no Vietnã, a crise dos mísseis em Cuba, o fortalecimento militar da União Soviética e da China, representaram na prática, os sintomas da instabilidade da potência estadunidense. Somava-se a esta questão, os gastos com o financiamento direto e indireto nas políticas locais na América Latina, Ásia e Oriente Médio (Block, 1987).

Porém, o acontecimento mais relevante que colaborou para a referida crise e para a expansão do processo inflacionário, sem sombra de dúvida, foi o aumento do preço do petróleo ocorrido inicialmente no final de 1973³. Nesse período, como resultado das decisões do cartel

2 A penetração de produtos importados no mercado americano foi marcadamente pronunciada nos setores de automóveis, maquinaria e tecidos Moffit (1984, p.30).

3 O fim das paridades fixas e a enxurrada de petrodólares do primeiro choque (1973) impulsionou ainda uma tendência de especulação com moedas, que minavam o poder do dólar americano e, paradoxalmente, fortaleciam o marco e o iene. Estas tendências policêntricas que se desenhavam no sistema financeiro internacional influenciaram o processo de contestação do papel de dominância do Estado norte-americano. O próprio sistema bancário privado norte-americano e suas empresas transacionais se movimentavam muitas vezes à revelia do interesse nacional, favorecendo ainda mais à modernização e expansão europeia e nipônica. Ver KILSZTAIN, Samuel (1989). O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: O sistema financeiro internacional no pós-guerra. Revista de Economia Política, 9(4): 88-100, out/dez.

dos países produtores do petróleo, em países como a Arábia Saudita o preço do petróleo saltou de US\$ 3,27 por barril de petróleo bruto para expressivos US\$ 11,58 por barril, como pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 1: Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)

| Ano | País | | | | |
|------|----------------|-------|--------|---------|-----------|
| | Arábia Saudita | Irã | Iraque | Nigéria | Venezuela |
| 1973 | 3,27 | 3,22 | 3,24 | 4,8 | 4,45 |
| 1974 | 11,58 | 11,56 | 11,6 | 14,69 | 11,22 |

Fonte: Adaptado de Gouveas (2010).

As transformações estruturais induzidas por essas respostas constituíram a partir de então, no principal impulso das mudanças ocorridas nos países capitalistas. A falência do potencial de expansão do padrão de acumulação anterior e as rupturas no marco institucional geraram profundas mudanças nas condições de rentabilidade do capital⁴ e desencadearam reações estratégicas por parte das empresas e dos governos, tal como afirmou Campos (2016, 09):

Essa crise significou para o capitalismo a reestruturação produtiva e financeira, inclusive incidindo sobre uma articulação transnacional inédita das corporações, que fez emergir um novo padrão mundial de acumulação caracterizado pela financeirização, precarização do trabalho e pelo neoliberalismo. De um regime centralizado de acumulação, em que as empresas, mesmo as transnacionais, se organizavam por rígidas fronteiras nacionais de modo a integrarem-se em cadeias produtivas nacionais formadas por empresas estatais e locais, passou-se para articulação de redes industriais organizadas por uma teia global, cuja revolução da microeletrônica, desenvolvimento militar e a alforria do capital financeiro transformavam a órbita de valorização imperialista em uma mun-

⁴ As cifras específicas do período são encontradas em MADDISON, A. *The world economy: a millennial perspective*. Center of the Organization for Economic Co-Operation and Development, OECD, 2001.

dialização financeira.

Ao lado do crescente número de desempregados, foi amplificada a pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, principalmente do mercado de trabalho.

Estava dada a largada de um movimento cíclico que seria constituído por uma crise em 1974-1975, seguido de uma suave recuperação no período de 1976-

1977, e por uma nova crise, iniciada no ano de 1979 e que seria agravada pela subida da taxa de juros estadunidense⁵ - o que possibilitou que as propostas neoliberais ganhassem cada vez mais espaço tanto no debate acadêmico quanto como política prática (Campos, 2009).

3. O neoliberalismo e suas bases teóricas

Por definição, o neoliberalismo constitui em primeiro lugar, uma corrente de pensamento, “uma reação teórica contra o estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, 1995, 9). Apesar de suas propostas serem promovidas com maior força somente a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, as raízes da experiência “neoliberal” estão associadas a realização do Colóquio Walter Lippmann ocorrido na França no ano de 1938.

Este colóquio serviu como ponto de

⁵ Como medida de reafirmação da hegemonia dos EUA e da sua moeda, o FED decidiu adotar uma política restritiva sobre a expansão da massa monetária dos EUA. Tal reação, provocou níveis recordes das taxas de juros e a alta da cotação moeda estadunidense. Em resposta, outros países industrializados também foram obrigados a elevar suas taxas de juros para evitar quedas maiores das cotações de suas moedas. Certamente, os países periféricos foram os mais afetados com a subida dos juros. Espremidos entre a súbita escassez do meio de pagamento internacional e o elevado serviço da dívida externa já contratada estes países também sofreriam com a queda do preço das commodities registrada no mesmo ano. Para uma análise mais detalhada. Ver: Tavares (1997).

convergência dos pensadores liberais europeus e americanos que viam na construção do welfare state uma ameaça à liberdade individual e se sentiam impotentes diante da hegemonia das ideias keynesianas e socialistas – especialmente as noções de planejamento econômico das propostas contidas no New Deal do Presidente Roosevelt (1935) e no planejamento centralizado dos planos quinquenais dos anos 1930 empreendido pela URSS. Mais do que uma adaptação do antigo liberalismo às novas condições do capitalismo do século XX, autores como Raymond Aron, Louis Baudin, B. Lavergne, Walter Eucken, Louis Rougier, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Jacques Rueff, L. Marlio e W. Röpke ven Zeeland tinham como pauta a necessidade de repensar a relação entre Estado e mercado⁶.

Para Carcanholo (2002), apesar da recuperação do individualismo metodológico, do naturalismo e da noção de progresso presentes na própria ideia de harmonia natural, a atualização da tradição liberal possuía diferenças em relação ao liberalismo clássico dos séculos XVII e XVIII. A primeira diferença se referia ao contexto histórico. Enquanto o liberalismo clássico possuía um caráter mais progressista vinculado à luta travada pela burguesia contra a aristocracia, às regalias da nobreza e aos direitos divinos, em defesa de sua inserção no espaço político e ideológico; o neoliberalismo foi esculpido através do combate de seus defensores contra o Estado interventor keynesiano e o planejamento econômico socialista, nos marcos do próprio capitalismo. Em outras palavras, ao contrário do “antigo liberalismo”, o ideário neoliberal, refletia seu caráter conservador na busca pelo retorno de uma ordem já estabelecida anteriormente, em que a concorrência e a democracia eram, como se pressupõe, a norma.

[...] não se quer aqui negar a importância

6 Ver: Ezcurra (1998).

analítica da relação entre Estado e capital em geral, sobretudo para compreender o processo de acumulação, mas sim mostrar que essa dimensão analítica por si só não permite compreender o Estado como o locus político em que se manifestam as lutas políticas das frações das classes dominantes, bem como as dos segmentos populares (Pinto; Balanco, 2014, 41).

Em segundo lugar, diferentemente da sua fonte de inspiração, a perspectiva neoliberal concatenou-se de tal forma com as transformações econômicas e políticas enfrentadas nas últimas décadas, que sua aceitação não foi uma mera alternativa ideológica, mas uma pretensa aceitação de fatos. Em outras palavras, ao exaltar as virtudes abstratas dos mercados, o neoliberalismo acabou por ocupar todos os espaços da sociedade, demonstrando pelo menos na aparência, sua hegemonia ideológica e unilateralidade (Carcanholo, 2002).

A terceira distinção estava associada aos conceitos de liberdade e igualdade pregados pelo liberalismo clássico. No liberalismo dos tempos de Smith e Ricardo, tais fundamentos pertenciam à filosofia dos direitos naturais e postulava que os homens nasciam livres e racionais. A ordem desses valores no liberalismo clássico, eram intimamente interligados, ao menos no que se refere à esfera jurídica. Cada indivíduo era perfeitamente livre para buscar seu próprio interesse, a seu próprio modo, desde que não violasse as leis da justiça (Corazza, 1986).

Desse modo, tanto a razão quanto a liberdade eram valores fundamentais, enquanto virtudes filosóficas e políticas. Sob outra perspectiva, o neoliberalismo não encontrou seu significado na filosofia moral ou política - representa “uma receita de política econômica, onde as esferas políticas e sociais são reflexos do comportamento econômico, subordinadas a critérios de

eficiência” (Carcanholo, 2002, 28). Isto é, não estava mais subordinado aos ditames dos valores do liberalismo clássico, mas de uma visão economicista voltada basicamente aos interesses do mercado.

No caso do pensamento neoliberal, essa subalternidade mútua entre liberdade e igualdade não se apresentava. Ao invés disso, a desigualdade se tornou um valor, ao passo que, pelo lado das relações econômicas, esta seja justificável como recompensa aos mais produtivos e eficientes e moralmente, como mecanismo de incentivo à “ascensão social” por esforço pessoal. Logo, para a corrente neoliberal, “a desigualdade econômica não é justa ou injusta, já que o mercado não é algo voluntário, mas impessoal” (Carcanholo, 2002, 29).

Em última instância, também podemos definir esses dois tipos de pensamento pela ótica do papel do Estado. Ao mesmo tempo em que, o liberalismo clássico concebia um Estado mínimo, no qual a liberdade individual estaria garantida por uma relação não entre governo e governados, mas por um pacto social estabelecido pelos indivíduos que prezasse pelos direitos naturais do homem, dentre eles, o direito à propriedade - na versão neoliberal, este mesmo Estado deveria ser mínimo no sentido de propiciar o livre funcionamento do mercado, ou seja, à ordem natural harmônica (Baruco, 2005).

Em seu sentido teórico, podemos ver tudo isso apresentado por Hayek em “O caminho da servidão”. Neste livro, ao estabelecer uma ligação direta entre o sistema de propriedade privada como a mais importante garantia de liberdade, Hayek buscou demonstrar a incompatibilidade entre o planejamento e a democracia. Todo o planejamento econômico, por menor que seja, seria baseado na criação de um suposto bem comum ou nacional que, por conseguinte, condu-

ziria as nações que o aplicassem ao totalitarismo e perda de liberdades individuais. Na visão de Hayek, planificar significaria racionalizar a regulação do sistema por fora das bases decisórias individuais e do mercado. Tal afirmação fica clara e evidente nas palavras de Hayek (1990, 56):

O conceito de “planejamento” deve sua popularidade em grande parte ao fato de todos desejarmos, obviamente, tratar os problemas ordinários da forma mais racional e de para tanto precisarmos utilizar toda a capacidade de previsão possível. Neste sentido, se não for um completo fatalista, todo indivíduo será um planejador; todo ato político será (ou deveria ser) um ato de planejamento, de sorte que só haverá distinção entre o bom e o mau planejamento, entre um planejamento sábio e previdente e o míope e insensato.

Hayek temia que acontecesse na Inglaterra o mesmo que havia ocorrido na Alemanha nazista e na URSS. Seu alvo de crítica naquele momento era a agenda socialdemocrata do Partido Trabalhista inglês que iria disputar as eleições gerais em 1945⁷. Para o autor, a socialdemocracia mesmo sendo portadora de boas intenções acabaria por engendrar historicamente o mesmo desastre que o nazismo alemão (Anderson, 1995). Apesar dos anseios de Hayek e da vitória das tropas inglesas na Segunda Guerra Mundial, os conservadores de Churchill perderam as eleições para os trabalhistas, liderados por Clement Attlee, que se tornou na ocasião, o primeiro-ministro.

Essa derrota não fez com que Hayek deixasse para trás seus ideais. Em 1947, o herdeiro das ideias de Ludwig von Mises conduziu os trabalhos de uma “internacional dos neoliberais”, a Sociedade do Mont Pèlerin. Além de

7 Ainda assim, sua posição não foi exclusivamente direcionada aos partidários da revolução e da economia planificada, “mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo” (Moraes, 2001, 13).

continuar a levar a cargo as tarefas do Colóquio Walter Lippmann, a sociedade de Mont Pèlerin atuaria como principal referência dos ideólogos do livre mercado que surgiram durante o colapso do consenso keynesiano (Hobsbawm, 1995). Dentre eles, o mais destacado centro de difusão desta corrente de pensamento foi a Universidade de Chicago. Núcleo que, através da chamada “escola monetarista” e de seu principal mentor, o catedrático Milton Friedman, começou a ganhar cada vez mais espaço tanto na academia quanto na condução da política econômica de diversos países (Baruco, 2005).

4. O neoliberalismo enquanto projeto político

As teorias neoliberais foram decisivas para a constituição de um novo projeto político-econômico não apenas no âmbito mundial, mas também para a América Latina. Através delas foram estabelecidas normas de interação econômicas globais baseadas na liberalização e desregulamentação dos mercados, das atividades produtivas e financeiras.

Neste sentido, a preponderância da liberdade de mercado instituiu uma série de efeitos malignos que contrapunha à cultura democrática e igualitária do indivíduo na sociedade e enteravam a possibilidade de o planejamento econômico exercer qualquer influência sobre a economia. Mudanças que sobremaneira, impactaram diretamente nas tradicionais funções atreladas ao Estado.

Esse novo projeto de Estado – inspirado nas teses liberais da autorregulação do mercado em favor do “não intervencionismo” – encontrou no processo de valorização do capital as condições necessárias e suficientes para o fortalecimento das ações a serem executadas. Os neoliberais contestavam a intervenção estatal e defendiam o retorno dos mecanismos de merca-

do na regulação da atividade econômica, entendendo que a participação do Estado se resumia às funções de regulação e supervisão prudencial, o que levaria à retomada dos investimentos, do crescimento econômico e da distribuição de renda, perdidos com a crise (Moraes, 2001).

Com base nesta perspectiva, acreditavam que as raízes da crise de 1970 localizavam-se no poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, os quais corroíam as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias para aumento dos salários e principalmente sobre o Estado, que a partir desta lógica, tinha que arcar com o aumento nos gastos sociais (Anderson, 1995). Foi com este discurso, que o programa neoliberal ganhou adeptos e conquistou líderes partidários alinhados com esses preceitos em governos de importantes países, possibilitando que seu receituário se tornasse hegemônico. Destes, cabe destacar os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan, em 1980, nos EUA e o de Helmut Kohl, em 1982 na Alemanha (Hobsbawm, 1995).

Dado seu ambicioso pacote de medidas ortodoxas aplicadas no país, o modelo inglês foi considerado o pioneiro e o mais puro de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. Thatcher preconizou o retorno dos valores vitorianos exaltando o papel do individualismo, impostos mais baixos sobre os rendimentos altos para incentivar o investimento e estimular o mercado, bem como, uma nova legislação antissindical casada com um extenso programa de privatizações que visavam amputar o setor público e mais da metade dos seus ativos - seja em setores de transporte, de comunicações ou mesmo em indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo e gás⁸. Nas palavras de Anderson (1995, 12):

⁸ Ver: Hobsbawm (1995, cap. 8).

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram os gastos sociais. E finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Nos Estados Unidos, a prioridade neoliberal era motivada pelas tensões decorrentes da competição militar com a União Soviética. Sua estratégia era desestabilizar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Por outro lado, em sua política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Contudo, não respeitou a disciplina orçamentária perseguida por Thatcher; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana (Hobsbawm, 1995).

A partir da década de 1990, o receituário neoliberal se tornou hegemônico, encontrando apoio no advento da chamada globalização. Nesta condição, o processo de globalização traduzia-se na intensa circulação, não somente de mercadorias, mas também de capitais – “instaurando nas economias mundiais a internacionalização dos mercados como principal estratégia de disseminação das políticas neoliberais e de sobrevivência para os antigos mecanismos de exploração e acumulação capitalista” (Carcanholo,

1997, 2002).

Para Chesnais (1996), a substância desta globalização pode ser manifesta de modo mais adequado pelo termo “mundialização do capital”. Para o autor, muito mais do que a representação das atividades dos grupos empresariais e dos fluxos comerciais decorrentes do processo de globalização, tal expressão demonstraria que este novo fenômeno de tática global apesar de aparentemente integrador se mostrou cada vez mais excludente; sendo assim, incapaz de abarcar as economias periféricas. Nas palavras de Chesnais (1996, 34):

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicados desde o início da década de 1980, sob o impulso de Thatcher e Reagan.

Sob a égide desta mundialização do capital, cujo o único interesse é a valorização do capital, a economia mundial passou a se reproduzir com alto poder monopolista de concentração e centralização de capital. A hipertrofia da esfera financeira criou inúmeros mecanismos para romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações impostas pelo jogo do livre mercado, de forma a impulsionar a formação de oligopólios mundiais que ultrapassariam quaisquer fronteiras, mediante as chamadas práticas de desterritorialização. O resultado desse processo é a criação de mercados imperfeitos e uma sociedade polarizada, como afirma Chesnais (1996, 37):

A polarização é em primeiro lugar interna a cada país. Os efeitos do desemprego são

indissociáveis daqueles resultantes do distanciamento entre os mais altos e os mais baixos rendimentos, em função da ascensão do capital monetário e da destruição das relações salariais estabelecidas (sobretudo nos países capitalistas avançados) entre 1950 e 1970. Em segundo lugar, há uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia.

Neste contexto, a tríade formada pela desregulamentação, privatização e o novo padrão de acumulação, se tornou a nova base estratégica deste novo Estado que, na sua complexidade, intervém diretamente nas diferentes esferas da sociedade. No entanto, não para regular o mercado, mas sim, para favorecê-lo a qualquer preço - legitimando assim, a mundialização como um regime institucional internacional do capital concentrado em favor da oligarquia financeira (Chesnais, 1996).

Diante destas exigências, os mecanismos de ação praticados por este Estado, se resumiam no crescimento do aparelho estatal enquanto indutor dos investimentos privados, que porventura, deviam ser totalmente desvinculados de quaisquer benefícios à esfera social (Netto, 2001). Tal postura, demonstraria em que medida a globalização foi perdendo seu discurso simplório de promoção de transformações qualitativas e quantitativas para o conjunto dos países e passou a representar um dos ingredientes principais do receituário do regime capitalista. Até porque, sob esta perspectiva, o Estado, deveria ter como principal objetivo, favorecer a autonomia do capital a fim de beneficiar a classe rentista e o “processo de livre concorrência” em detrimento do próprio interesse coletivo (Carcanholo, 1997).

5. Apontamentos sobre o Neoliberalismo no Brasil

O Brasil foi considerado, oficialmente,

o último dos países da América Latina a implementar a política neoliberal. Diferentemente dos países da Europa e outros também da América Latina -, no Brasil, o processo de hegemonia do neoliberalismo deveu-se ao resultado da disputa política de classes, não de um debate ideológico anterior a sua implementação⁹. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações e o fracasso dos planos de estabilização monetária – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão – o neoliberalismo foi se fortalecendo (Filgueiras, 2006).

Anteriormente a esse momento, à custa de um intenso processo de endividamento externo e aprofundamento do subdesenvolvimento, o Brasil havia desfrutado de altas taxas de crescimento em decorrência da intervenção estatal do período militar.

Na ditadura militar esse novo nexos imperialista, marcado pela industrialização e pelo domínio do mercado interno, sepultou de vez as possibilidades de uma revolução brasileira que conseguisse domesticar o capitalismo a partir da difusão de agendas sociais democraticamente organizadas por um complexo nacional-popular. Foram feitas reformas no sentido oposto, as quais garantiram um imenso crescimento da economia, sustentado por práticas ditas desenvolvimentistas, mas que na verdade aprimoraram o acesso para o capital internacional por meio de reformas financeiras, modernização conservadora dos laços de dependência e pelo aumento da repressão política (Campos, 2016, 09).

Contudo, os anos de 1980 demonstraram o grande endividamento do Estado em de-

9 Na América Latina, o discurso neoliberal começou a se afirmar na década de 1980. No ano de 1989, foi realizada uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros que ficou mundialmente conhecida como Consenso de Washington. O consenso possuía um caráter tipicamente neoliberal e objetivava fornecer subsídios aos países da América Latina e para isto, propôs aos países participantes a adoção de um conjunto de medidas como redução da intervenção do Estado e abertura total e ilimitado dos mercados. Sobre o tema, ver BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: Caderno Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.

corrência da política intervencionista dos anos anteriores. Diante dessa conjuntura decadente, o crescimento com endividamento havia se tornado insustentável, o que desacelerou a política desenvolvimentista¹⁰ contida nos planos executados nas décadas anteriores, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2: Evolução da dívida externa brasileira (1979- 1990)

| Ano | Dívida bruta (US\$ Bilhões) |
|------|-----------------------------|
| 1979 | 55,8 |
| 1980 | 64,3 |
| 1981 | 74,0 |
| 1982 | 85,5 |
| 1983 | 93,7 |
| 1984 | 102,1 |
| 1985 | 105,1 |
| 1986 | 111,2 |
| 1987 | 121,2 |
| 1988 | 113,5 |
| 1989 | 121,5 |

Fonte: Banco Central e Ipeadata.

Em consonância a isto, as preocupações do Estado se deslocaram para a criação de políticas de estabilização orientadas a controlar a dívida externa, reduzir os desequilíbrios nos balanços de pagamentos e a inflação, uma vez que tais debilidades influenciavam diretamente nos rumos do país (Miglioli, 1982). Essas condições deixavam claros os limites da política econômica até então adotada. Desse modo, a década de 1980 assistiu, nos países da América Latina, a uma virada ideológica em favor do discurso neoliberal e suas políticas econômicas restritivas em favor de

¹⁰ No Brasil, a virada das décadas de 1970/80 marcou o final do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e uma subsequente reviravolta no planejamento econômico brasileiro, haja vista o cenário corrente de crise fiscal e financeira do Estado. Como vimos, uma grande parcela de responsabilidade por esses problemas competiu ao novo choque externo representado pelo recrudescimento da inflação mundial, sob a liderança do petróleo, o que deteriorou as relações de troca entre os países, inclusive no do Brasil. Além disto, a elevação da taxa de juros internacional também cumpriu um papel negativo nesse processo, seja pelo aumento dos serviços da dívida externa ou pelo estreitamento do raio de manobra da política monetária doméstica (Carneiro, 2002).

uma pequena parcela da população (Gros, 2002).

No caso do Brasil, não foi diferente; as condições econômicas do período aprofundaram a desigualdade social e redundaram as políticas estatais a favor da famigerada classe burguesa. Desde o final da década de 1970 o desemprego no Brasil evoluiu rapidamente (Tabela 3), de modo a alcançar taxas altíssimas. Enquanto isso, a tributação recaía principalmente sobre a classe trabalhadora, através de tributos sobre os salários e sobre o consumo, em comparação aos exíguos tributos sobre os rendimentos de capital e propriedade. Isso acarretou uma alta concentração de renda no Brasil a partir da década de 1990 (Carneiro, 2002).

TABELA 3: Evolução da taxa de desemprego no Brasil (1976 – 1985)

| Anos | Desemprego (%) |
|------|----------------|
| 1976 | 1,8 |
| 1977 | 2,3 |
| 1978 | 2,4 |
| 1979 | 2,8 |
| 1980 | - |
| 1981 | 4,3 |
| 1982 | 3,9 |
| 1983 | 4,9 |
| 1984 | 4,3 |
| 1985 | 3,4 |
| 1989 | 121,5 |

Fonte: OIT; IBGE

Para os países centrais, a política neoliberal resultaria no retorno ao período de acumulação perdido com as crises da década de 1970, através da abertura comercial e a expansão dos mercados além das fronteiras nacionais também para os países periféricos. Na medida em que os processos econômicos se “mundializaram”, a política neoliberal apontava a necessidade de abertura das economias também dos países periféricos a fim de absorver o desenvolvimen-

to (Chesnais, 1996). Essa abertura comercial, trouxe como consequência, a venda e a fusão de empresas nacionais ao capital estrangeiro e um processo de desindustrialização sem precedentes (Filgueiras, 2006).

Tais mudanças, resultaram no fortalecimento político e econômico dos grupos financeiros e o predomínio do capital financeiro nas relações econômicas através do processo de desregulamentação dos mercados financeiros e financeirização da economia apoiada na dívida pública. A abertura dos mercados tornou a economia nacional cada vez mais instável e dependente do saldo de exportações para garantir um mínimo de estabilidade - exigindo cada vez mais a obtenção de saldos positivos na conta de transações correntes para minimizar a extrema volatilidade (Filgueiras, 2006).

Outro componente da política neoliberal, foi o processo de flexibilização das relações de trabalho, resultando na precarização do trabalho por meio do processo de terceirização e subcontratações. Tal flexibilização, levou até mesmo a precarização do trabalho no setor público, por meio de reformas administrativas que permitiram demissões e contratações para além de concursos públicos (Antunes, 2003). Neste sentido, Emendas Constitucionais possibilitaram reformas na previdência, no governo FHC e Lula, que levaram a redução de benefícios e direitos por parte dos trabalhadores com consequente aumento das contribuições, principalmente em decorrência da necessidade de superávits primários.

Em decorrência da quebra dos monopólios estatais e das privatizações, o Estado diminuiu sua participação nas atividades produtivas, cumprindo um dos objetivos buscados pela política neoliberal. Soma-se a isso o crescimento acelerado da dívida pública e a subordinação das políticas macroeconômicas ao capital resultando

na fragilidade do Estado e na dependência cada vez maior da economia brasileira aos ditames do capital financeiro internacional. Sem contar, que a instabilidade econômica por intermédio da abertura comercial e financeira, vulnerabilizaram o balanço de pagamentos, resultando na necessidade de uma política de altas taxas de juros para regulação dos preços.

Toda essa instabilidade comprometeu tanto o crescimento econômico, como também as finanças públicas e potencializaram as reformas liberalizantes já citadas que, embora tenham se firmado no Brasil durante o governo Fernando Collor, se mantiveram nos governos de Itamar Franco (1992-1994), no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se aprofundaram de forma, mesmo que velada, nos governos posteriores, marcadamente alinhados ao enfoque neodesenvolvimentista.

6. Considerações finais

A partir deste breve resgate histórico, é possível notar que a partir dos anos 1980 o mundo capitalista vivenciou uma nova era histórica, em que o advento das políticas neoliberais aliado aos efeitos da mundialização do capital atingiu proporções gigantescas, de forma a debelar qualquer possibilidade de um Estado intervir na economia, a não ser nos moldes ortodoxos. Ao sacramentar a defesa dos interesses expansionistas do capitalismo conjugado aos interesses da classe trabalhadora em meio a falência dos anos gloriosos do capitalismo, o neoliberalismo garantiu a sua permanência e dinamismo enquanto aparato de reestruturação do capitalismo.

Nesse sentido, concordamos com Perry Anderson (1995), ao afirmar que realizar qualquer balanço ou análise atual sobre o neoliberalismo possui um caráter provisório, pois este movimento é inconcluso. Até porque a implementação do receituário neoliberal, ao contrário do

que garantiam seus defensores, não se processou nos moldes prometidos, redundando em perdas sociais, econômicas e por parte dos Estados.

Nos países latino-americanos, por exemplo, os gastos governamentais foram ampliados e redirecionados ao pagamento da dívida e à circulação financeira. Em contrapartida, os níveis de crescimento apresentados por estes países foram irrisórios quando comparados àqueles apresentados durante a fase excepcional de prosperidade e modernização do pós-Segunda Guerra.

No Brasil, especificamente, essas práticas, embora tenham se firmado em fins da década de 1980, com a eleição do Presidente Collor, responsável pelo processo de abertura econômica, foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso com a efetivação do tripé ortodoxo: câmbio flutuante (ainda que só em seu segundo mandato), controle da inflação, taxa de juros, que as mesmas se solidificaram. Essa forma de intervenção do Estado ao invés de tornar a economia brasileira menos vulnerável em termos macroeconômicos, instaurou aqui uma lógica liberalizante que a mantém presa às armadilhas externas.

Esse conjunto de argumentações nos permite concluir que o atual modelo de intervenção estatal instaurado nos países latino-americanos se mostrou incapaz de intervir efetivamente na economia e em prol de medidas que garantissem maiores níveis de equidade. Mesmo porque, esculpido pelos interesses privados, o Estado Neoliberal desvinculou-se cada vez mais dos interesses sociais. Convive-se então com um verdadeiro “imbróglio”: que em sua essência se mostrou incompatível com a concepção de sociedade organizada e de Estado planejador tal qual fora caracterizado por Tavares (2014).

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

BARUCO, G. C. da C. Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

BLOCK, F. L. Las Origenes del desórden económico internacional. México: Fondo de Cultura, 1987.

CAMPOS, F. A A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

CAMPOS, F. A. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIERES, J. H.; LOPES, J. A. (Orgs.). Questão agrária, cooperação e agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, v.2, 2016.

CARCANHOLO, M. D. Globalização e o neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade. In: MALAGUTI, et al. (Org.). A quem pertence o amanhã? São Paulo: Edições Loyola, 1997.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. In: Anais. Encontro Nacional de Economia Política, n. 11, Vitória, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes. Porto Alegre, UFRGS, 1986.

EZCURRA, Ana María. Qué es el neoliberalismo?: evolución y límites de un modelo excluyente. Lugar Editorial –IDEAS, 1998.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias

Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 08 março de 2017.

GROS, D. B. Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República. Tese de doutorado (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

HAYEK, F. A. V. O caminho da servidão. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1990.

HOBBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

MADDISON, A. The world economy: a millennial perspective. Center of the Organization for Economic Co-Operation and Development, OECD, 2001.

MANDEL, E. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MENDONÇA, A. A crise económica e a sua forma contemporânea. Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

MIGLIOLI, J. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOFFIT, M. O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MORAES, R. C. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai. São Paulo: SENAC, 2001.

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo, Cortez, 2001.

PINTO, E.C; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014.

TAVARES, M.C. A Era das Distopias. Revista Insight Inteligência. Jan/Mar 2014.